

OPINIÕES OPINIÁTICAS E DEMOCRACIA

Albert O. Hirschman

Tradução: Rolf Traeger

Desejo examinar uma velha questão, a dos microfundamentos de uma sociedade democrática, a da constituição exemplar de uma personalidade democrática, em vez da personalidade autoritária descrita por Adorno. Estou consciente de que a formação daquele tipo de personalidade é como a felicidade, no sentido de que ela se escapa a uma busca direta. Contudo, presumivelmente não será prejudicial — e em algumas circunstâncias poderá ser útil — ter uma noção do tipo humano que se gostaria de fomentar numa democracia.

Começo com uma recordação da infância ou do início da adolescência. Ela remonta a Berlim, a cidade em que passei os primeiros dezoito anos da minha vida, de 1915 até 1933, quando me mudei para Paris. Eu tinha provavelmente doze ou treze anos de idade e portanto o fato ocorreu em algum momento do final dos anos 20. Apesar de aqueles dias serem relativamente tranquilos e de eu ainda não ser politizado, comecei por aqueles anos a formular para mim mesmo várias perguntas filosóficas e semi-religiosas. Àquela época, minha relação com meu pai era boa e de confiança e a que tinha com minha irmã mais velha estava se tornando muito íntima, como continuaria por muitos anos. Meu pai (um médico) tinha uma mente questionadora e cética, mas faltava-lhe a defesa da ironia, de forma que me lembro dele como um pouco melancólico e às vezes até perplexo. Um dia tivemos uma conversa em que eu devo ter-lhe feito perguntas para as quais ele confessou francamente não ter respostas. Não me recordo em absoluto da natureza das minhas perguntas, mas lembro claramente de quando corri daquela conversa para a outra extremidade do nosso apartamento para exclamar para minha irmã: "*Weisst du was? Vati hat keine Weltanschauung!*" (Sabe de uma coisa? O papai não tem *Weltanschauung*!).

Por que lembro tão bem dessa manifestação não exatamente brilhante? Talvez porque, pela primeira vez, senti que progrediria mais que

Este artigo se baseia numa apresentação feita na Universidade Livre de Berlim em dezembro de 1988, quando o autor recebeu dessa universidade um título honorário. Uma parte do texto foi publicada na *American Economic Review* de maio de 1989. A presente versão foi publicada originalmente na revista *Dissent* do verão de 1989.

meu pai: eu certamente não seria surpreendido com falta de uma *Weltanschauung* quando *eu* fosse adulto! Ou porque no momento em que disse aquilo senti que a *minha* indignação e o meu acesso eram tolos — afinal, nos lembramos mais daqueles momentos humilhantes em que cometemos alguma gafe, tropeçamos ou nos tornamos ridículos de alguma outra maneira. Finalmente, é possível que eu me lembre daquele momento — inclusive de seus atributos espaciais — com tanta clareza porque ele abriga e pressagia uma questão que me acompanharia pelo resto da minha vida — a tal ponto que me encontro hoje, uns sessenta anos depois, disposto a arriscar alguns pensamentos sobre o quão desejável é ser dotado de um conjunto completo de idéias, crenças ou opiniões firmes.

Para esclarecer esse problema, usarei o procedimento de comparar "opiniões" a outros bens valorizados pelo indivíduo, tais como bens de consumo comuns. O objetivo não é afirmar que as opiniões são "a mesma coisa" que, por exemplo, bens de consumo duráveis, mas ressaltar algumas diferenças características.

Ter opiniões é bom? Em seu conto *Queridinha*, Tchekhov responde a essa pergunta de forma decididamente positiva:

O pior, o mais grave, no entanto, era que já não tinha opiniões. Ela via em torno de si objetos e compreendia tudo o que estava sucedendo, mas não podia formar uma opinião sobre coisa alguma e não sabia sobre que falar. E como é terrível não ter opinião! Uma pessoa vê, por exemplo, uma garrafa, a chuva, ou um mujique em sua carroça, mas não consegue dizer para que existem aquela garrafa, a chuva ou o mujique, qual o sentido de sua existência, e não seria capaz de dizer algo, ainda que fosse em troca de mil rublos. Quando vivia com Kúkin, com Pustovalov e, depois, com o veterinário, Ólienka poderia explicar tudo e dar sua opinião sobre qualquer assunto, mas agora, tanto em seu coração como em seus pensamentos, existia o mesmo vazio que no pátio da casa. Sentia-se apavorada e com um amargor. (grifo meu)^a

(a) A tradução aqui adotada é de *Contos de Anton P. Tchekhov*, tradução de Boris Schnaiderman, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1959. (N. do T.)

Aqui Tchekhov parece estar dizendo que não ter nenhuma opinião é equivalente a não possuir individualidade, personalidade, identidade, caráter ou eu. E aquela que não tem eu dificilmente pode ter qualquer auto-respeito.

Não ter opiniões é, portanto, sintomático de uma carência básica e de uma situação desesperadora. De fato, é a condição oposta que tem sido amplamente recomendada pelos cientistas sociais, psicólogos e filósofos: ter opiniões muito próprias. Wilhelm von Humboldt talvez tenha sido o que foi mais longe nessa direção quando proclamou a individualidade (*Eigentümlichkeit*) e originalidade (*Originalität*) como "aquilo sobre o que toda a grandeza do homem repousa em última instância e pelo que

devemos lutar continuamente". A visão de Humboldt teve uma forte influência sobre John Stuart Mill, que a citou e explicou longamente no terceiro capítulo de seu ensaio *Sobre a Liberdade* (1859). Esse capítulo tem o significativo título de "Sobre a individualidade, como um dos elementos de bem-estar". Mais próximo de nossa época, Erik Erikson destacou a luta pela conquista da identidade como uma experiência de vida formadora crucial; e John Rawls, em sua *Teoria da Justiça*, incluiu o auto-respeito (presumivelmente baseado em identidade, caráter e "opiniões") entre os "bens primários" que uma sociedade bem ordenada deve fornecer a seus cidadãos.

À primeira vista, parece que, assim como outros aspectos da qualidade de vida, tais como ar puro, as "opiniões" podem ser tratadas como bens de consumo: quanto mais, melhor, assim como, neste caso, quanto mais firmes, melhor. Não apenas o pensamento social, mas grande parte da cultura ocidental endossou essa posição e consagrou o valor de se sustentarem opiniões firmes e de se terem posições de princípio, a ponto de até existirem dúvidas sobre a aplicabilidade do princípio econômico de retornos decrescentes ao bem em questão. Analogamente, a indiferença e a falta de convicção foram denunciadas nos termos mais ásperos, como ilustram Dante e sua severa descrição dos anjos que não tomaram partido na batalha entre Deus e o diabo e dos indiferentes em geral. Em uma passagem vigorosa, ele destacou esses desgraçados como privados da "esperança da morte" e os relegou à antecâmara do Inferno, pela razão de que, se sua entrada fosse permitida, os condenados veriam alguém em posição inferior à sua.

Alguns séculos mais tarde, um julgamento de valor semelhante recebeu uma outra expressão poética famosa:

*Falta aos melhores convicção, enquanto os piores
Estão cheios de ardor apaixonado.*^b

(b) Cf. *Poemas* de W.B. Yeats, tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos, São Paulo, Art Editora, 1987. (N. do T.)

Yeats explica aqui de que forma, conforme disse anteriormente em seu "A Segunda Vinda", "tudo se desagrega". Para ele é evidente que uma sociedade bem ordenada exige o arranjo inverso: os melhores, e não os piores, deveriam estar cheios de ardor apaixonado, ou seja, de opiniões nitidamente articuladas e mantidas com firmeza.

Resumindo, a vacilação, a indiferença e as opiniões sustentadas sem firmeza há muito tempo têm sido encaradas com desprezo, ao passo que a aprovação e a admiração têm sido conferidas à firmeza, completude e articulação das opiniões.

Todavia, dificilmente as coisas são tão simples. O próprio conto de Tchekhov insinua que ter muitas opiniões acabadas pode ser tão ridículo quanto é "amargo" não ter opinião nenhuma. Pois sua Ólienka nos momentos mais felizes limita-se a papagaiar, sempre com considerável con-

vicção e pose, as opiniões de seus sucessivos maridos e amantes. Quando Anthony Downs escreveu sua *Teoria Econômica da Democracia*, achou que uma das vantagens dos partidos políticos era oferecerem aos cidadãos uma gama completa de opiniões acabadas e firmes sobre todas as questões do momento. Desde então, contudo, passamos a pensar que esse aspecto "poupador de tempo" dos partidos políticos — especialmente daqueles com tendência ideológica (os que na Alemanha eram chamados de *Weltanschauungsparteien*) — e a posterior "carona" para um conjunto completo de opiniões firmes têm um custo considerável. Expressamos nossas dúvidas sobre o valor do mecanismo de Downs chamando aqueles que tiram proveito dele de "liberais autômatos" ou de "conservadores autômatos". Talvez, para parafrasear um famoso ditado de Chicago, não exista *carona*^c.

A adoção do conceito de autômato complica a avaliação dos benefícios decorrentes do fato de ter opiniões. Aparentemente, estar equipado com um conjunto completo de opiniões firmes a respeito de todos os assuntos do momento pode significar uma negação da individualidade, da personalidade e do eu — uma espécie de "fuga à liberdade" — tanto quanto padecer da condição "terrível" (Tchekhov) de não ter nenhuma opinião. Apesar de os bens que compramos no mercado conduzirem inequivocamente ao bem-estar material, as opiniões não são necessariamente a chave para a individualidade e o auto-respeito; tudo parece depender de algumas especificações adicionais e complexas, que dizem respeito à maneira mais ou menos "autônoma" como as opiniões foram formadas.

Algun progresso na nossa questão pode ser feito se ela for vista do ponto de vista coletivo, em vez de individual. Até aqui examinei a contribuição para a satisfação e felicidade *individuais* que é ocasionada pela aquisição e posse de um conjunto de opiniões multifacetadas e firmemente formuladas. Porém, certamente essa posse, amplamente difundida entre os cidadãos, também tem efeitos importantes, positivos e negativos, sobre o caráter da sociedade. Uma influência importante sobre a qualidade de vida de cada cidadão poderia ser exercida dessa forma indireta. A avaliação dos benefícios do progresso econômico frequentemente tem sido feita sob esse duplo aspecto: observa-se não só o impacto, por exemplo, do crescimento econômico sobre o bem-estar individual, mas também a sua contribuição para a manutenção e fortalecimento de uma sociedade democrática livre. À parte a ecologia, tem havido um consenso ultimamente de que os efeitos sociais e políticos do crescimento econômico são tão benéficos quanto seus efeitos diretos sobre o bem-estar dos indivíduos. Entretanto, uma tal harmonia entre os efeitos diretos e indiretos ou entre as conseqüências individuais e as sociais não foi sempre considerada evidente. Até o século XVIII, por exemplo, os economistas políticos e filósofos frequentemente se preocupavam com os efeitos corruptores do crescimento da riqueza sobre o Estado. Ao final, a decadência do Estado afe-

(c) O autor faz aqui uma brincadeira impossível de reproduzir em português. O ditado "Não existe almoço de graça [free lunch]" é alterado para "Não existe carona [free ride]". (N. do T.)

taria os cidadãos de forma negativa, por mais que eles tivessem prosperado por algum tempo.

Ainda que pareça fora de moda, pode valer a pena recolocar esse tipo de raciocínio juntamente com o problema em questão. Contribuições recentes à teoria da democracia enfatizaram o papel da deliberação no processo democrático. Tem-se argumentado que, para uma democracia funcionar bem e perdurar, é fundamental que as opiniões *não* sejam totalmente formadas *antes* do processo de deliberação. Os participantes desse processo — tanto o público em geral como seus representantes — deveriam manter um certo grau de abertura ou provisoriidade nas suas opiniões e estar dispostos a modificá-las tanto em consequência dos argumentos apresentados pelas partes adversárias quanto, simplesmente, à luz das novas informações que podem surgir no decorrer dos debates públicos. Sem um processo político que manifeste ao menos alguma aspiração no sentido desse quadro assumidamente um pouco idílico, a democracia perderá a sua legitimidade e assim estará ameaçada.

Se essa visão tem algum valor, a tradicional e forte ênfase da cultura ocidental na virtude das opiniões firmes revela-se curiosamente desatinada. Surge a suspeita de que essa ênfase esteja enraizada numa longa tradição aristocrática que não foi adequadamente modificada pela subsequente — e ainda um tanto jovem — era democrática. Como é bem sabido, relíquias ideológicas desse tipo têm um potencial considerável para causar danos. Os cientistas sociais e psicólogos que falam com tanta pompa e verborragia a respeito das virtudes da individualidade, personalidade e identidade deveriam portanto refletir sobre como conciliar essas aspirações com qualidades democráticas tais como abertura intelectual, flexibilidade e disposição para apreciar novos argumentos, e talvez até mesmo o prazer de adotá-los.

Tentarei expressar a questão na linguagem dos economistas. Dada a "necessidade básica" de identidade na nossa cultura, a formação e aquisição de *opiniões* gera uma utilidade considerável para os indivíduos. Ao mesmo tempo, se esse processo é levado para além de determinado ponto, tem efeitos colaterais perigosos — ele é arriscado para o funcionamento e a estabilidade da ordem democrática. Sob os atuais valores culturais, esses efeitos colaterais nocivos não entram no cálculo individual — são o que os economistas chamam de *deseconomias externas*. Haverá portanto *superprodução* de opiniões opiniáticas. A maneira mais direta de se evitar essa superprodução seria que os indivíduos mudassem o sistema de valores sob o qual operam. Poderiam eles aprender a dar valor tanto a ter opiniões quanto a manter uma mente aberta, de mesclar as delícias de vencer uma discussão com os prazeres de serem bons ouvintes?

Concluindo, volto à argumentação anterior, que avaliou a utilidade de ter opiniões a partir de uma perspectiva individual, em vez de coletiva. Então sugeri que manter muitas opiniões firmes é um indicador de bem-estar ambíguo: pode ou não cumprir de forma duradoura a promessa de dotar o seu possuidor de identidade verdadeira e personalidade ri-

ca. Também mostrei que a posse de opiniões será menos efetiva nesse sentido, porque quanto mais elas forem adquiridas através da adoção indiscriminada de uma "ideologia", tanto mais pronunciado será o seu caráter de "autômato". Porém, uma forma de adquirir opiniões pela maneira contrária, enriquecedora da personalidade, é dar-lhes sua forma definitiva apenas depois de elas terem passado por um confronto intenso com outras visões, isto é, pelo processo de deliberação democrática. O resultado disso é, por conseguinte, que o interesse público no processo decisório democrático converge primorosamente com o interesse privado na formação de opiniões de modo a intensificar o auto-respeito.

Albert O. Hirschman é membro do Institute of Advanced Studies da Princeton University. Já publicou nesta revista "Duzentos Anos de Retórica Reacionária" (Nº 23).

Novos Estudos

CEBRAP

Nº 27, julho de 1990

pp. 157-162
